

A IDEIA DE INFÂNCIA NA FILOSOFIA DE GIORGIO AGAMBEN: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA

Adelson Ferreira da Silva¹ - UNEB

Elenice de Brito Teixeira Silva² - UNEB

RESUMO

Este trabalho é parte da pesquisa que analisou a ideia de infância na obra *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*, do filósofo italiano Giorgio Agamben. O estudo, de cunho bibliográfico, identificou algumas categorias centrais através das quais o autor discute a infância do homem enquanto fato humano, que ultrapassa a ideia de fato biológico ou cronológico, a saber: linguagem, experiência e história. E é na correlação entre estas categorias, que a filosofia de Agamben inspira algumas questões para se pensar a formação em pedagogia, especificamente no que se refere ao lugar que os estudos da infância na filosofia ocupa no currículo do curso e o papel mediador que a educação e a pedagogia, em sentido estrito, exercem na produção da humanidade do homem.

Palavras-chave: Infância. Linguagem. Experiência. Pedagogia.

INTRODUÇÃO

O filósofo italiano Giorgio Agamben nasceu em Roma em 1942. É um dos mais influentes filósofos contemporâneos, e atualmente, leciona Filosofia na Universidade de Verona, em Veneza. Sob forte influência de Heidegger, de quem foi aluno, e das obras de Walter Benjamin, que foram editadas em italiano por ele, Agamben escreveu diversas obras sobre política, vida, linguagem, história, poesia e arte, sendo poucas delas traduzidas para o português. Mas é com a obra *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*, datada de 1978, e com primeira tradução brasileira de 2005, que o autor capta as complexas relações entre experiência, linguagem e infância.

A partir da pesquisa de investigação conceitual da referida obra, destaca-se algumas questões para se pensar as pedagogias da infância: como é possível a

¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia. Professor auxiliar na Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, DEDC XII, Guanambi – BA.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora assistente na Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, DCHT XVII, Bom Jesus da Lapa – BA.

mediação entre mito, rito e jogo, de modo que a criança possa vivenciar a diferença entre estas esferas como um conteúdo cultural da infância, sem que o mito lhe seja apresentado como algo temerário, o rito como algo estático e o jogo como algo licencioso? A criança, ao lado da arte, é o sujeito que guarda o último refúgio da imaginação e da fantasia, pois para a criança o mundo da imaginação é a sua verdade. Assim, seria a esfera da arte em nossa sociedade, o compartimento destinado a recolher os resíduos resultantes do aniquilamento da imaginação na infância? O paradigma de infância vigente em nossa sociedade corresponde ao ideal de formação da pessoa humana que pretendemos, ou não mais existe em vigor este ideal?

Etimologicamente, *in-fans* designa um não-saber, o não-falante, cujo afixo informa uma negatividade, um déficit em relação ao adulto. Esta construção, com forte tradição na Psicologia, tem marcado fortemente os modos através dos quais compreendemos a infância na Pedagogia. Haveria outras possibilidades de pensar a linguagem como “lugar da infância”? É possível pensar a infância como um fato humano para além de um recorte cronológico? Que relações existem entre infância, linguagem e experiência e que implicações o estudo destas relações podem trazer à Pedagogia? É a partir destas indagações que dialogamos com a obra de Agamben neste estudo.

1 Infância e linguagem

Antes de uma reflexão sobre a questão da infância, devemos considerar a tese de que “o nascimento não produz diretamente homens, mas crianças que em todas as sociedades têm um particular estatuto diferencial” (AGAMBEN, 2012, p. 102). Assim, se a criança é uma produção direta da natureza, então, o homem adulto é uma produção indireta e, como tal, carece de mediação para produzir-se. O instrumento desta mediação é, em sentido amplo, a educação. A ciência que se ocupa desta tarefa especial, é a pedagogia.

É a pedagogia, em sua interação com as outras ciências, com a cultura geral e com as culturas da infância, que deve garantir a validade dos métodos e a legitimidades dos conteúdos para o propósito da formação deste homem no seu início. Início aqui, diz respeito, especificamente, àquela fase de zero a dez anos de idade que ficou convencionada a chamar-se de infância, fase na qual a pedagogia encontra o seu sujeito e seus objetos de investigação, isto é, os processos de ensino, aprendizagem e formação da criança.

A criança tem uma linguagem própria e peculiar à infância, por isso a educação da criança deve tomar como ponto de partida a sua linguagem, tendo em vista a realização do ideal de formação da pessoa humana, capaz de compreender a história como libertação do homem. Para Agamben (2012, p. 59) “a infância coexiste originalmente com a linguagem, isto quer dizer que, a linguagem é a origem da infância e a infância se dá a origem da linguagem”. Trata-se de um círculo, porém, é justamente este círculo que mostra que, entre infância e linguagem, não existe precedência cronológica, nem lógica de uma sobre a outra. O que existe é uma correlação. Pois, quando nasce a criança, nasce simultaneamente, a linguagem e, por conseguinte, se institui a comunicabilidade original, quase que simplesmente corpórea, sem discurso formal, mas já comunicando os desejos e as necessidades mais naturais.

Ainda que sejam correlatos, o que separa a criança da infância é a linguagem, na medida em que, ela vai tomando forma de discurso impregnado na cultura do sujeito adulto. A linguagem é um elemento de superação e, ao mesmo tempo, de passagem da infância às outras condições ontológicas da vida. Fenômeno que se percebe quando a criança vai paulatinamente convertendo a sua linguagem em discurso ordenado, elaborado a partir de princípios lógicos, capaz de expressar com o devido discernimento, não apenas o que pensa, mas, sobretudo, como pensa. Porém, o desenvolvimento da linguagem como elemento de *superação* deste tempo da vida objetivamente chamada infância, não significa *ruptura*, pois todos nós precisamos continuar dialogando com o sujeito criança e com o objeto infância, a fim de compreender e conhecer cada vez mais, em sua diferença específica, peculiaridade e particularidade.

Como se sabe, a linguagem é a expressão do pensamento, seja pela oralidade, pela escrita ou por meio de sinais e símbolos. À medida que a criança vai realizando a passagem da língua (natural) ao discurso (cultural), ela vai se produzindo cada vez mais como sujeito da história e, dentro dela, se libertando.

Além das particularidades que lhes são relativas ao seu local de nascimento e à vivência sociocultural, existe algo que nos parece universal e vivido mais intensamente na esfera da infância, a saber, o prazer de jogar com o mito, o rito, os objetos do mundo da imaginação e da realidade concreta.

Jogar com o *mito* consiste em problematizar as explicações da criança acerca do mundo, das coisas sensíveis, da vida social etc., procurando estimular a atitude reflexiva, crítica e experimental. Ou seja, jogar com o mito é uma atitude pedagógica das mais relevantes do ponto de vista da aprendizagem da criança.

Como sabemos, o prazer de jogar é a diferença específica inerente à condição ontológica, ser criança, que marca a sua posição existencial, a sua identidade e visão de mundo. Para a criança tudo começa com o jogo e permanece no jogo. Este é um princípio fundante para as pedagogias da infância, visto que, não é possível conceber a esfera da infância, nem tampouco, do ensino com crianças, desconectada desta intuição criadora, lúdica e imaginativa. Talvez a infância seja, entre outras coisas, justamente isso, a esfera propícia para a criança expor a sua visão de mundo e produzir, a partir dela, as culturas da infância.

Usando uma linguagem que remete à filosofia de Platão, Agamben diz que “longe de ser algo irreal, o mundo da imaginação tem a sua plena realidade entre o mundo sensível e o mundo inteligível, sendo condição de sua comunicação” (Cf. 2012, p. 33). Em outros termos, o mundo da imaginação tem a sua facticidade entre aquilo que pode ser compreendido pelos sentidos e o que pode ser conhecido pela razão.

Se, é entre a sensibilidade e a inteligibilidade que a imaginação se realiza concretamente, como supõe Agamben, então, podemos dizer que, ontologicamente, a criança é um ser sensível, imaginativo e racional. Por isso, por princípio, a criança não deve ser pensada como um ser que ignora tudo, como um ser que, pelo fato de imaginar, fantasiar e brincar não deve ser levada a sério quando expressa a sua sensibilidade, a sua imaginação e a sua razão. Para ela isso é real, é o seu bom senso, é a sua experiência.

Assim, uma pedagogia da infância não deve se furtar dessas considerações ao fundamentar uma proposta de ensino e de aprendizagem com criança. Pois conhecer a criança é compreender suas múltiplas linguagens, os seus saberes, suas experiências, seu tempo, sua condição ontológica, isto é, a infância.

Com o sucesso das pedagogias de base cognitivista seja por uma interpretação equivocada ou não, os saberes da infância, os conteúdos próprios desta esfera de existência, foram silenciados pela cultura do mundo adulto transposta, sem a adequada mediação, para o ensino na infância. Essa transposição didática tomou a educação apenas do ponto de vista do ensino e não da aprendizagem. Isso resultou num ensino que separou a infância da sua forma e do seu conteúdo.

O jogo, o brinquedo, a brincadeira, a imaginação, a linguagem etc., tudo isso deixou de ser o fundamento da aprendizagem para ser um mero recurso didático-metodológico, vez ou outra, usado na prática educativa. O tripé sensibilidade/imaginação/ razão foi dissolvido na objetividade empírica da transmissão do conteúdo pelo conteúdo, muitas vezes, destituídos do sentido e do significado que possam ter para a formação da criança. A infância ficou emudecida. A linguagem da criança foi silenciada pela linguagem do progresso, por uma

infância feita pelos adultos para a criança. Porém, progresso é preocupação de adulto, preocupação de criança é apreender brincando.

A criança é coexistente da infância. Ela tem e faz a experiência da infância diariamente. O adulto tem a memória da infância, porém, não mais pode fazer genuinamente a experiência da infância. Daí porque não faz sentido uma pedagogia da infância como imposição do adulto para a criança. Uma pedagogia da infância deve ser gestada e estruturada a partir dos saberes das crianças.

O adulto não faz a infância para a criança, mas poderá criar as melhores condições possíveis a sua realização. A criança produz a infância em todos os lugares, em todas as comunidades humanas. O adulto não produz com outros adultos as culturas da infância, pois sem o protagonismo da criança não poderá haver correspondência em entre a criança e a sua cultura.

O adulto participa da infância que as crianças produzem e deve, necessariamente, criar as condições suficientes para a criança imaginar, exercer a curiosidade, expressar sua linguagem e aprender o seu discurso sobre o mundo. A infância é uma criação da criança. É na infância que a criança faz a experiência da vida (fenômeno natural) e da existência (fenômeno cultural). É na infância que a criança prepara as bases para o enfrentamento do mundo da vida.

Compreende-se da obra de Agamben que é pela linguagem que o homem constitui a cultura e a si próprio. É na infância que o homem se constitui como sujeito de linguagem, ou nas palavras de Agamben, a própria infância “encontra seu lugar lógico em uma exposição entre experiência e linguagem”(AGAMBEN, 2005, p.11).

Ao analisar a obra de Agamben, Kohan (2009), considera que o filósofo traça uma ontologia da infância, em sua relação com a experiência, a linguagem e a história. Na apreciação feita por Kohan, “se é verdade que a infância é a ausência de linguagem, não é menos verdade que a adultez é a ausência de possibilidade de se inscrever na linguagem, porque já se está dentro dela” (Ibidem, p. 48). Nesse sentido, a infância é uma espécie de rito de passagem entre o que somos enquanto seres biológicos que nascem e são jogados no mundo, e o que fazemos com esses seres. Essa passagem da natureza à cultura, que se dá pela inscrição na linguagem, não ocorre sem os processos educativos dos quais os estudos da Pedagogia não pode abrir mão.

1. Experiência e infância

A criança realiza a experiência do agora, sua experiência é sempre atual. Segundo Agamben (2102, p. 44) “a experiência do agora é algo que se pode apenas fazer e jamais ter”. Esta concepção de experiência nos parece adequada para explicar a temporalidade da criança, isto é, uma temporalidade que independe da causalidade e sucessão dos fatos. A criança imagina agora e faz a experiência de realizar no mesmo instante o que imagina, pois para ela, entre a imaginação e a realidade não existe abismo. A fantasia é a sua verdade concreta.

Segundo Agamben (2012, p. 63) “a verdade não é algo que pode ser definido no interior da linguagem, nem fora dela, pois infância, verdade e linguagem limitam-se e se constituem em uma relação original e histórico-transcendental”. Quem faz a experiência do agora dá sempre novos sentidos ao que lhe aparece, de modo que a experiência do agora é, na perspectiva de Agamben, sempre a experiência do prazer. Para ele, o prazer “é uma experiência imediata e disponível a todos em que uma nova concepção de tempo poderia encontrar o seu fundamento” (AGAMBEN, 2012, p. 125).

Esta definição de prazer como “experiência imediata” nos parece adequada para refletir sobre o modo como a criança se relaciona com o tempo. Assim, o tempo da infância é um tempo de prazer, de “experiências imediatas”, urgentes e necessárias que tem como seu oposto o tempo objetivo, cronológico, com os seus ritmos e rituais formalizados. Conciliar o tempo da infância e o tempo dos rituais pedagógicos é um dos grandes desafios das pedagogias da infância. Pois, de um lado, encontra-se o rito que fixa e organiza estruturas e, do outro, o *jogo*, que altera e desestrutura o *rito*. De um lado encontra-se a ordem e a estabilidade e, do outro, a fluidez, o jogo e a novidade.

Diferente do adulto, na criança a experiência não tem o poder proteger-nos do impacto da novidade. Pelo contrário, a experiência da criança, enquanto imediata tem, justamente, o poder de extrair a novidade do mundo. A criança faz a experiência para produzir e conhecer o novo, o inesperado. Neste sentido, vale o argumento de que “fazer a experiência de alguma coisa significa subtrair-lhe a sua novidade e neutralizar o seu poder de choque” (AGAMBEN, 2012, p. 52). Esta concepção, é claro, alcança não apenas a infância, mas também a vida adulta.

Infância e experiência, desse modo, são condições originárias e constitutivas da linguagem (KOHAN, 2009), uma vez que o homem adulto não pode falar ou ser falado sem estas duas. É Porque existe a infância do homem, que este pode “criar um novo mundo e não apenas reproduzir o mesmo mundo” (Ibidem, p. 48). Daí que, experiência e infância são

relacionadas na obra de Agambem como condições de possibilidade de existência humana, não importando a questão da idade.

2. História e infância

Segundo Agamben (2012, p. 126) “a história não é como desejaria a ideologia dominante, a sujeição do homem ao tempo linear, mas a sua libertação deste”. A ideia da história como libertação do homem parece-nos bastante adequada para explicar a relação da criança com a facticidade do mundo. A criança não se atém aos fatos como sugere, às vezes, a regra.

A criança quer apreender a novidade que os fatos encerram, e mais além, os sentidos que ela pode doar aos mesmos fatos. Não importa para ela se eles são suscetíveis ou não de ocorrer novamente e, menos ainda suas consequências políticas, econômicas etc. A criança não se ocupa do uso prático-econômico dos acontecimentos.

Na esfera da infância não há preocupação com o progresso, nem com a dedução ou indução a partir de um fundamento logicamente edificado, pois o raciocínio da criança é, por princípio, descontínuo. Ela constrói um fundamento e destrói logo em seguida, pois a base do seu raciocínio é a linguagem, ou seja, muda-se a linguagem, logo, muda-se a forma e o conteúdo do raciocínio.

O tempo da criança não é o tempo do progresso, não é o tempo da produção material. O tempo da criança é o tempo da produção de prazer, do brincar, de produzir imaginação, de produzir explicações fantásticas e de resolver todos os problemas do mundo com a força de um super-herói. Na infância a criança realiza a experiência da vida brincando com o real sem deixar de considerar a sua seriedade.

Desta maneira, pensar a infância exige pensar numa outra temporalidade para além das fases da vida, de etapas sucessivas e cronológicas. Conforme propõe também Kohan (2009, p. 48), “a infância tem muito a ver com uma possibilidade de intensificar certa relação com o tempo, de instaurar um outro tempo”. Essa afirmação, associada à ideia de descontinuidade linear proposta por Agamben, retira a criança do tempo da fragilidade e a coloca no tempo da inventividade e da afirmação de outro tipo de lógica que só existiria no mundo infantil.

CONCLUSÃO

A constatação de que o ser humano é o único animal que aprende a falar e isto não é possível sem a infância, já que ela é a condição da experiência de inserção na linguagem, é propícia para se pensar uma pedagogia que ofereça múltiplas possibilidades de expressão e de linguagem. Ainda que o autor advirta que a superação da língua pelo discurso demarcaria a passagem da criança para o mundo adulto, a capacidade de narrar a experiência é algo que aprendemos constantemente, sem a qual a história humana não teria sentido.

Em uma pedagogia da/para a infância, a linguagem deve ocupar lugar central para se compreender a infância e sua experiência, sua relação com os pares e com a cultura. A linguagem, na pedagogia da infância, é o lugar onde a experiência da infância do homem é narrada, contada, recontada, reconstruída, significada. E, à Pedagogia também cabe captar essas expressões da linguagem como potência e como atos de significação e sentido.

Da leitura da obra de Agamben, apreende-se que a criança não reduz os objetos a uma interpretação material e fragmentária. Ela apreende o objeto no seu sentido e significado em uma síntese única e independente de suas determinações objetivas. Pouco importa para a criança, se o objeto tem ou não qualquer causalidade, seja ela material, eficiente, formal ou final, conforme teoria aristotélica das quatro causas. Para ela, por princípio, vale o prazer da manipulação, de fazer a experiência de vivenciar os objetos, de jogar com ele, produzindo sempre novas possibilidades de sentido e de explicações míticas, ritualísticas e lúdicas. Isso porque, os objetos, sob o ponto de vista da criança, comportam em seu perfil, explicações desta natureza, fundadas na pura imaginação criativa e no exercício da curiosidade.

Ao considerarmos estes princípios, importa que a formação em Pedagogia leve em conta a dimensão estética e cultural das manifestações produzidas pelas e para as crianças. Importa ainda, que esta formação reserve ao jogo, ao mito, ao rito e à arte, o lugar da inventividade da experiência de infância do sujeito criança, o lugar através do qual a imaginação e a fantasia, componentes estruturais da linguagem na infância, possam garantir a condição da infância na sociedade.

Esta defesa, já feita por pesquisadores da pedagogia da infância (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2007; KRAMER, 2011), pode representar uma formação cultural contra a barbárie, e evitar o desaparecimento da ideia moderna de infância, que fundada no sentimento de diferença em relação ao adulto, tem avançado nos campos da sociologia, antropologia, filosofia e pedagogia, para a percepção da infância como categoria humana e social.

Talvez nesta conclusão, seja necessário considerar que a tarefa da filosofia no curso de formação em Pedagogia é reconhecer a infância como um campo de pensamento originário, onde se encontra múltiplas formas de pensar o ser do homem e a sua formação enquanto

totalidade. Nessa perspectiva, a relação entre infância e filosofia, deve ser investigada, considerando a infânciana tradição filosófica, e sobretudo, a infância que assume um lugar pensante e desafia os pressupostos de uma pedagogia institucionalizada para uma infância objetivada e universalizada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFG, 2005.

KOHAN, Walter Omar. Infância e Filosofia. In: SARMENTO, Manuel. GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.) **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Coleção Ciências Sociais da Educação.

KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: KRAMER, Sonia. BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **Infância, educação e direitos humanos**. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia. Pedagogia (s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia. KISHIMOTO, Tizuko. PINAZZA, Mônica Apezzado. **Pedagogia (s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro**. Porto Alegre: ARTMED, 2007.